

Código de edificações do DF será modificado

Teve início ontem, a tarde, a série de reuniões entre os Departamentos de Arquitetura, Urbanismo e de Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras, (SVO), o Instituto de Arquitetos do Brasil, Corpo de Bombeiros, Crea e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, (EBCT), com o objetivo de atualizar o Código de Edificações de Brasília. Editado em 1967, o Código já sofreu mais de mil alterações, através de decisões do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) e decretos de governadores. Por causa dessas alterações, hoje não é possível construir nada no Plano Piloto, sem antes consulta a SVO sobre quais as regras que estão em vigor.

Segundo a coordenadora do projeto e diretora do Departamento de Arquitetura, Eliane Rangel Silveira, o objetivo do trabalho é realizar uma atualização profunda no Código de Edificações, que abrange apenas o Plano Piloto. «Vamos dar uma ordenação lógica na programação visual, que prevê, inclusive, as modificações futuras», afirmou Eliane. A diretora disse que a atualização modificará até mesmo a linguagem atual, pois «o próprio português utilizado no Código, leva a interpretações dúbias». Ao todo, são 1,5 mil alterações que atingem também os códigos de edificações das cidades-satélites, sendo que mais de mil são apenas no código do Plano Piloto.

Burocracia

O maior problema, no entanto, não está no número elevado de decisões do Cauma e decretos dos governadores, mas na burocracia com sua pesada e lenta máquina administrativa. Eliane Rangel está há dois meses fazendo o levantamento de qual é a forma final do Código de Edificações de Brasília, e tem esbarrado em dificuldades para encontrar decisões e decretos.

«Tenho levado até cinco dias para encontrar o local onde está arquivado determinado decreto. Depois tenho que interpretá-lo e descobrir outro decreto ou decisão a que se refere, se este anula um outro, ou, ainda, se a decisão tem um decreto posterior ou não», explicou a diretora.

Nas reuniões que iniciaram ontem, também serão discutidas as alterações que precisam ser feitas, devido ao crescimento da cidade e a própria evolução dos conceitos de segurança e construção. «Vamos



Eliane Rangel, da SVO

discutir, inclusive, as dimensões mínimas de moradias. Por que o espaço mínimo de uma habitação não econômica? Ora, o espaço tem que ser o mínimo para uma pessoa habitar, afinal a necessidade de espaço é igual para todos», defendeu Eliane.

Após a atualização do Código, o projeto será apresentado ao Cauma, onde será votada a sua aprovação no todo. Em seguida, o Código aprovado pelo Cauma será encaminhado à Procuradoria Geral do GDF, para que seja feito o decreto com que o governador homologará, definitivamente, o Código de Edificações do Plano Piloto. Devido à lentidão burocrática, Eliane não se arrisca a fazer uma previsão quanto ao prazo para o término dos trabalhos.

Dentre as 1,5 mil decisões que se acumulam em arquivos poeirentos desde 1967, certamente a que causou a maior polêmica foi o decreto do governador José Aparecido que preserva o Plano Piloto dentro de suas especificações originais. «Isso não impedirá que a cidade cresça, como algumas pessoas têm dito através da imprensa. Esta preservação tem o único intuito de evitar que se desfigure ou modifique o plano original de Brasília», adverte Eliane Rangel.

Na SVO, já se tem conhecimento de projetos e pressões de diversos empreiteiros, no sentido de se ampliar o número máximo de andares dos edifícios residenciais permitidos nas superquadras.

Ivaldo Cavalcante